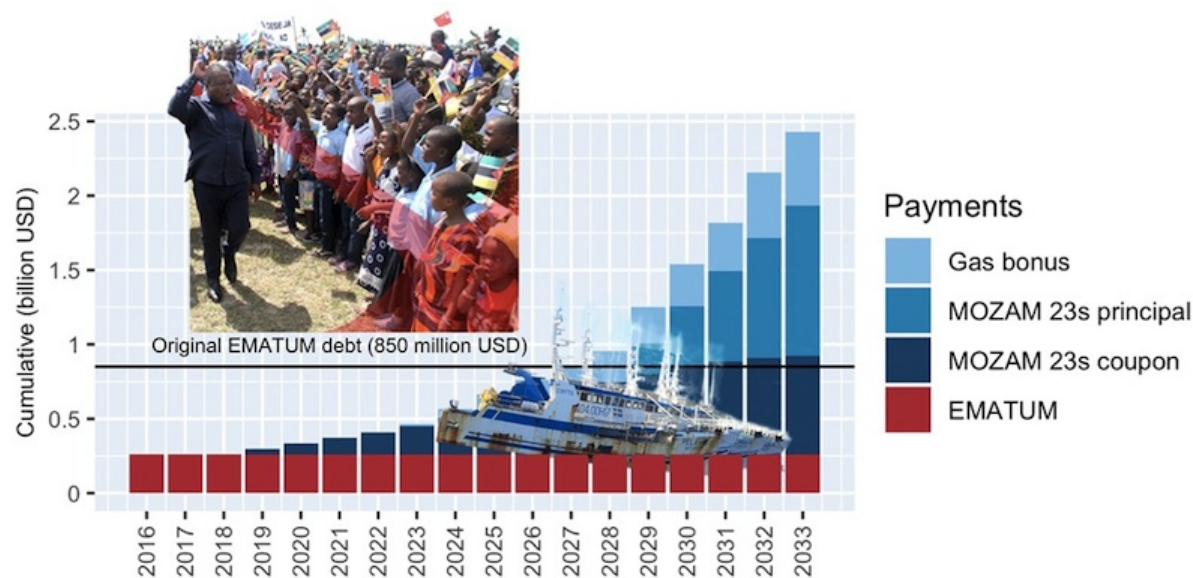


Escrito por {ga=aderito-caldeira}

Sexta, 09 Novembro 2018 08:02 - Atualizado em Sexta, 09 Novembro 2018 08:47



By Sauti | estimates by Zitamar | montagem @Verdade

www.sauti.net

Adriano Maleiane, tal e qual o seu antecessor, está a privilegiar negociar com os credores das dívidas ilegais antes de explicar e obter o consentimento dos moçambicanos sobre as novas Garantias Soberanas que o Governo pretende emitir e vão deixar pelo menos quatro gerações de moçambicanos endividados. “O Parlamento imagine que aprova e depois o credor não concorda” declarou quando confrontado pelo @Verdade. Ademais o ministro da Economia e Finanças que revelou que do perdão de 50 por cento dos juros em atraso Moçambique conseguiu apenas 8,3 por cento, “eles cortaram 15 (milhões de dólares) vamos pagar 900(milhões de dólares norte-americanos).

Tal como o Governo de Armando Guebuza decidiu e endividou o país sem o consentimento dos moçambicanos o Executivo de Filipe Nyusi está a negociar com os agora credores das dívidas contraídas [violando a Constituição da República e leis orçamentais](#) antes de explicar ao povo que estratégia tem para gerir e resolver o drama da Dívida Pública Externa.

Questionado pelo @Verdade porque razão o Governo não foi pelo menos a Assembleia da República explicar os imperativos de negociar, em vez de repudiar, e qual o impacto das propostas de reestruturação das dívidas da Proindicus, EMATUM e MAM na vida do cidadãos nas próxima duas décadas o ministro Maleiane reagiu: “Mas como é que pode fazer isso se quem está a exigir as condições são os credores, aquilo que nós queríamos pusemos publicamente na imprensa quando fomos a Londres em Março de 2017”.

Escrito por {ga=aderito-caldeira}

Sexta, 09 Novembro 2018 08:02 - Atualizado em Sexta, 09 Novembro 2018 08:47

“O que eles querem são as contrapropostas e não podemos levar alguma coisa que nem sequer está consensualizado para ir ao Parlamento. O Parlamento imagine que aprova e depois o credor não concorda? A metodologia é discutir com o credor, e dizer ao credor que em princípio temos isto para levar ao Parlamento e ao Governo e depois será a posição definitiva do Estado”, tentou esclarecer o governante.

No entanto Adriano Maleiane implicitamente reconheceu que a proposta de reestruturação e agora o acordo de princípios não foram tornados públicos para esclarecer aos moçambicanos mas antes porque “a regra internacional dos mercados financeiros não deixa passar informação a um grupo sem que todos conheçam, então somos obrigados a publicar o que nós acordamos com este grupo para os outros não acusarem o Governo de estar a privilegiar um grupo em detrimento de outro. Este é o processo prático, técnico necessário e transparente que ajuda a facilitar o debate”.

“Depois disso nós vamos ter de pegar no Decreto 77/2017, que define os passos a seguir (para o endividamento público e emissão de Garantias Soberanas), se houver matéria para ir a Assembleia o Governo vai levar, se for preciso para a Procuradoria vai-se, e só depois é que nós vamos definitivamente fechar o dossier com a autorização das entidades que estão previstas no Decreto 77/2017”, disse Adriano Maleiane.

Moçambique pedia perdão de 50 por cento dos juros em atraso, conseguiu apenas 8,3 por cento

Falando a jornalistas nesta quinta-feira (08), em Maputo, à margem da Cimeira do Financial Times, o titular da Economia e Finanças admitiu também que o comunicado tornado pública esta semana sobre o “acordo de princípios” é uma forma de pressão [aos restantes credores](#) e de certa forma ao Parlamento.

